

MOÇÃO**Por uma resposta urgente do Governo de combate à carência habitacional e à habitação indigna**

Há precisamente 12 anos atrás, no final de janeiro de 2009, o Bloco de Esquerda alertava a Assembleia Municipal do Porto para uma situação preocupante relativa à “Habitação no Porto ou a cidade dos que são forçados a partir”. Lembrámo-nos nessa altura - e fazemo-lo hoje novamente - o papel pioneiro de Ricardo Jorge, professor de medicina, médico municipal, promotor da saúde pública na cidade e no país, que entre muitas outras obras, publicou em 1899 o primeiro volume do livro “Demografia e Higiene da Cidade do Porto”. Recorrendo à estatística, mostrou a influência das crises económicas sobre os movimentos da população e chamou a atenção sobre a especial gravidade da situação habitacional na cidade. Já nessa altura Ricardo Jorge, que lutou pela sua gente aquando do enfrentamento da peste bubónica, nos revelou o que hoje mais precisamos: além de muita competência médica, medidas que protejam a população.

120 anos depois, é visível que as políticas públicas de habitação nunca corresponderam à enorme responsabilidade a si inerente. Mesmo no pós 25 de Abril, o crédito à aquisição de casa própria foi a mais permanente das medidas de política pública habitacional: entre 1987 e 2011 o Estado despendeu quase 10 mil milhões de euros, dos quais mais de 70% foram para os bancos a título de bonificações dos juros de crédito. E mesmo quando estava prevista e financeiramente apoiada a construção de novos alojamentos para quem vivia em barracos e outros alojamentos indignos, como no Porto (1.453 novas habitações ao abrigo do PER - Programa Especial de Realojamento de 1993), houve quem impedisse que habitações sociais fossem construídas na zona central da cidade.

Na conjuntura em que atualmente vivemos, um ano decorrido desde que a pandemia chegou a Portugal e ao Porto, as evidências demonstram que **a situação de grave carência habitacional que já se vivia veio agravar os efeitos da Covid-19 ao nível da saúde da população**, e que **os efeitos da Covid-19 ao nível socio-económico vieram agravar a grave carência habitacional em vive uma demasiado grande parte da população**. Os números das pessoas em situação de sem abrigo crescem, os casos de *bullying* imobiliário grassam o quotidiano de muita gente, a incapacidade de suportar valores demasiado altos de rendas é uma realidade preocupante, e a falta de condições de habitabilidade para o que confinamento sanitário exige (tantas casas com infiltrações ou sem água ou aquecimento ou luz) são inimagináveis.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão extraordinária no dia 1 de fevereiro de 2021, delibera insistir junto do Governo:

1. Na criação de serviços desconcentrados do IHRU de forma a que possa ser garantido o apoio necessário em maior proximidade com a realidade de cada região, nomeadamente no que diz respeito ao Porto.
2. No aumento da dotação orçamental do Programa Primeiro Direito, no sentido de ir ao encontro do crescimento em mais de 70% relativamente ao levantamento que em 2018 identificava 26.000 famílias em carência habitacional.
3. Na assumpção do compromisso da afetação adequada dos fundos europeus para fazer face à crise habitacional agora agravada pela pandemia.
4. Na urgente dotação e execução orçamental da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023), com a qual o Governo se tinha comprometido, que não foi executada e cuja emergência, em face da circunstância atual, se agudizou significativamente.
5. Na melhoria do apoio emergencial do IHRU às rendas, quer no que toca à diminuição da taxa de esforço para o valor recomendado pela ONU (30%), quer no que diz respeito à sua desburocratização e à eficácia da respetiva comunicação pública.
6. Na ativação urgente do serviço de injunção em matéria de arrendamento, mecanismo fundamental no combate ao assédio imobiliário.

Deve esta Moção ser remetida a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, assim como a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Porto, 1 de fevereiro de 2020

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda